

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Memória-ata da 14ª reunião ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Data: 30 de agosto de 2006

Local: Recife- Pernambuco

Participantes: Célio da Cunha, Edna Castro de Oliveira, Eliene Novaes Rocha, Heleno Manoel G. Araújo Filho, Isabel Aparecida dos Santos, Jeanete Beauchamp, Maria José Telles Franco Marques e Timothy Denis Ireland. Participaram também da reunião Maria Luiza Martins Aléssio, Secretária de Educação, Esporte e Lazer de Recife e representante da UNDIME, a Coordenadora-geral Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, Cláudia Veloso Torres Guimarães, o Coordenador-geral de Alfabetização, Tancredo Maia Filho, a assessora do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Adriana Pinto Rodrigues e a técnica-educacional do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Fernanda Teixeira Frade Almeida.

- 1) Pauta:
 - a. Audiências públicas, uma proposta inicial para as audiências públicas sobre a educação de jovens e adultos, já em discussão com o Conselho Nacional de Educação – CNE.
 - b. Diretrizes para a educação prisional.
 - c. Apresentação do Sistema de Monitoramento do Programa Fazendo Escola – MONIEJA.
 - d. Redesenho do Programa Brasil Alfabetizado para o ano de 2007.
 - e. Informações importantes sobre a Oficina EJA nos Países de Língua Portuguesa – Cooperação Sul-Sul; sobre o Seminário Nacional sobre Educação Prisional, um relato das atividades; sobre o Projeto de Leituração e de Agentes de Leitura; Brasil Alfabetizado que está, neste momento, recebendo projetos de ONG's e Universidades, com uma grata surpresa pelo aumento de propostas de pouco mais de 100 no ano de 2005 para 235 até este momento para o ano de 2006.
- 2) Timothy Ireland abriu a sessão com os seguintes registros:
 - a. Ausências de membros da Comissão, alguns que previamente informaram da impossibilidade de participação, outros que cancelaram a participação na última hora.
 - b. Participação excepcional da Prof. Maria Luiza Martins Aléssio, representando a UNDIME, na ausência das representantes, titular e suplente.

- c. Ausência da Prof. Maria Margarida Machado, Coordenadora-geral de Educação de Jovens e Adultos da SECAD, por motivos de saúde.
 - d. Apesar das ausências, a reunião conta com a participação de oito membros da CNAEJA e, portanto, com condições de discutir os temas propostos para a pauta do encontro;
 - e. Possibilidade de participação do Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, Ricardo Henriques, com horário para chegar em Recife por volta das 17 horas deste mesmo dia.
- 3) Antes do início das discussões previstas na pauta da reunião, a professora Maria Luiza Martins Aléssio informou a todos sobre o VIII ENEJA, a realizar-se em Recife, com abertura na noite deste mesmo dia:
- a. O VIII ENEJA contará com a participação de representantes de todos os estados brasileiros, inclusive com alguns fóruns solicitando um maior número de vagas para a sua delegação;
 - b. A programação definida para VIII ENEJA privilegiou os trabalhos em grupo e a troca de experiências entre os participantes;
 - c. Registro da organização da reunião:
 - 1. Importa ressaltar que as reuniões da Comissão estão, sempre que possível, antecedendo aos encontros mais expressivos da EJA com o intuito de aproximar os membros da CNAEJA das questões mais significativas apresentadas por aqueles que tratam a educação de jovens e adultos no dia-a-dia, mesmo que isto ocorra apenas na abertura destes eventos.
- 4) Timothy Ireland apresentou aos presentes o troféu “A Chave do Conhecimento” que será entregue aos premiados que concorreram na 2ª edição do Prêmio Paulo Freire posteriormente. Registra-se que a entrega será postergada em obediência à legislação eleitoral
- 5) Intervenções do Prof. Timothy Ireland:
- a. Iria intercalar os pontos de pauta com os informes com o objetivo de tornar os trabalhos menos cansativos;
 - b. Abriu a todos os participantes se havia concordância com a proposta de pauta apresentada ou se haveria a indicação de mais algum tema para ser incluído. Houve, então, concordância de todos com a pauta apresentada.
 - c. Informou sobre o motivo relevante que impediu a conclusão das pautas referentes às 1ª e 2ª reuniões de 2006 da Comissão, qual seja: agenda de trabalho, nos últimos dois meses, do Departamento de Educação de Jovens e Adultos comprometeu a possibilidade de produção das atas.
- 6) Pauta - item 1: audiências públicas, uma proposta inicial para as audiências públicas sobre a educação de jovens e adultos:
- a. Timothy Ireland:
 - i. Este tema foi inicialmente discutido na última reunião da Comissão, em Fortaleza e, posteriormente, o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, Prof. Ricardo Henriques, foi convidado pela Comissão de Educação Básica do CNE para uma discussão em torno dos pontos que tinham sido identificados como questões polêmicas a serem tratadas nas audiências;

- ii. Houve consenso na Câmara de Educação Básica da importância de encaminhar a proposta das audiências públicas. Na mesma sessão, dois dias depois, uma comissão da própria Câmara preparou a proposta apresentada neste momento.
 - iii. a proposta das Audiências Públicas foi preparada pelos **conselheiros** da Educação Básica Gerson xxx, Prof. Regina Linhares e **Eucin Alberto de Matos e, pela SECAD, ele próprio, o Prof. Timothy;**
 - iv. Teve-se a idéia de contratar um consultor para coordenar este processo com os seguintes pré-requisitos: profundo conhecimento do tema, capacidade de articulação e expressão em nível nacional. Foi convidado e aceitou ser o consultor o Prof. Neroaldo Pontes de Azevedo.
 - v. Os objetivos propostos são: realizar quatro audiências públicas para subsidiar a reformulação do parecer do CNE de número onze do ano de dois mil que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos e os três temas que foram colocados como merecendo destaque especial: parâmetros de idade para a EJA (quinze ou dezoito, dezoito ou vinte e um anos), educação à distância e EJA e certificação em EJA (certificação, exame supletivos e ENCCEJA);
 - vi. Calendário proposto para as audiências:
 - 1. a primeira em vinte e três de outubro – em Brasília-DF;
 - 2. a segunda, uma semana depois, provavelmente em Pernambuco
 - 3. a terceira, em novembro, no Paraná;
 - 4. a quarta, novamente em Brasília-DF
 - vii. Proposta sobre quem participaria das audiências:
 - 1. Secretarias estaduais de educação - coordenadores estaduais de EJA;
 - 2. Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação;
 - 3. UNCME
 - 4. UNDIME
 - 5. CONSED
 - 6. SECAD
 - 7. Núcleos Estaduais de EJA
 - 8. CNAEJA
 - 9. Fórum
 - 10. SEB
 - 11. SEED
 - 12. INEP
 - viii. Questão financeira: como a despesa ficará por conta da SECAD, o número de participantes dependerá da capacidade financeira, tendo em vista que cada audiência custará em torno de oitenta mil reais;
 - ix. Em conversa com a Câmara de Educação Básica, a idéia é de que se faça audiências relativamente pequenas, 30 a 40 pessoas.
- b. Participação dos membros da Comissão sobre a proposta para a pauta das audiências (os participantes, os lugares e o próprio encaminhamento):

- i. Timothy Ireland:
 - 1. A idéia seria que para cada tema encomendar um documento básico (duas ou três páginas) que seria enviado para todos os participantes, com antecedência, para ser discutido no âmbito da entidade. Não seria a opinião de uma pessoa a ser colocada nas audiências e, sim, a posição da entidade;
 - 2. Para discutir o tema idade, foi pensado que o documento sobre este tema fosse produzido pela Isabel Aparecida dos Santos, titular desta Comissão, pelo envolvimento na questão.
 - 3. Para o tema educação à distância, a proposta é que a Professora Maria Luiza Angelim, da UNB, que trabalha com educação à distância, produza o documento básico.
 - 4. Para o tema certificação, a Professora Aparecida (Cida) Zanetti, da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, por ser importante ter alguém do sistema educacional.
 - 5. As professoras Maria Luiza Angelim e Cida querem produzir um texto em conjunto, mas cada tema teria um documento básico para subsidiar os debates;
 - 6. A idéia inicial é de que as audiências sejam realizadas em um dia apenas. Entretanto, ainda não está definido se um dia seria o suficiente, o que dependeria da dinâmica do funcionamento dos encontros e, também, do impacto nos custos.
 - 7. Seria importante a contribuição dos membros da CNAEJA para melhorar a versão da proposta apresentada para as audiências públicas
- ii. Heleno Araújo, representante da CNTE:
 - 1. A data do dia 30 de outubro, por ser um dia após o segundo turno das eleições e como alguns dos envolvidos no processo das audiências também estão envolvidos no processo eleitoral, pode interferir na concentração para construir as propostas para as diretrizes.
 - 2. Propôs a inclusão do CNTE nas audiências e que a primeira audiência ocorra no dia 06 de novembro, uma segunda-feira, e a outra, a segunda, uma semana depois, no dia 13 de novembro
- iii. Professora Maria Luísa Martins Aléssio:
 - 1. A proposta prevê a participação dos secretários estaduais de educação mais a representação do CONSED e apenas da UNDIME, no nível municipal. Isto não condiz com a atuação efetiva em EJA, que é muito mais municipal do que estadual.
 - 2. Propôs a ampliação da participação da UNDIME com a participação dos presidentes de UNDIMEs regionais.
- iv. Célio da Cunha, representante da UNESCO:
 - 1. Propôs incluir os Conselhos Municipais de Educação, por terem tido um desenvolvimento significativo nos últimos anos.

- v. Isabel Aparecida dos Santos, representante do Segmento Étnico-racial:
 - 1. Com relação ao texto, ela não tinha tido conhecimento por estar fora do Brasil, mas que estava feliz por poder contribuir com a produção do texto.
 - 2. Na penúltima reunião da Comissão, em Brasília, tinha sido colocado a preocupação em como envolver os Conselhos Nacionais da Criança e do Adolescente dentro desta discussão, principalmente no que envolve a questão da idade.
- vi. O Prof. Timothy Ireland:
 - 1. A Prof. Maria Margarida Machado é quem estava acompanhando este processo e que ele estava sem algumas informações, tendo em vista o problema de saúde da professora
 - 2. O prazo é para permitir tanto a reprodução do texto quanto à discussão do tema por parte das entidades, o que provavelmente deve ser por volta do dia 15 de setembro;
 - 3. A idéia é que o documento seja gerador de idéias e conciso;
 - 4. As sugestões de ampliação das participações são importantes, mas, talvez, a contribuição maior pudesse ser sobre os temas com sugestões para quem vai produzir os textos-base;
 - 5. Na discussão ocorrida junto à Câmara de Educação Básica, quando o tema foi idade, também foi contemplado o problema do ensino médio regular noturno e o ensino médio de educação de jovens e adultos. O problema está no atendimento ao mesmo público com exigências diferenciadas. Havia pessoas na Câmara defendendo que se estabelecesse uma idade máxima para o ensino médio regular, assim, acima dos 25 anos passava-se automaticamente para o ensino médio de EJA.
- vii. Cláudia Veloso Guimarães:
 - 1. Na realidade é o mesmo que acontece com o ensino fundamental regular, onde não existe nenhuma determinação sobre a idade máxima com a qual se pode permanecer no ensino fundamental regular e nem a idade mínima que se pode ingressar na educação de jovens e adultos. Cada estado e município têm a sua regulamentação e o que a LDB deixa claro é a idade prevista para os exames. Isto gera muitos problemas inclusive de alunos que completam o curso e não conseguem a certificação apesar de a escola ter recebido o aluno em uma idade anterior permitida para os exames.
- viii. Participação de Edna Castro de Oliveira:
 - 1. Em função da posição que assumimos na reunião passada, da necessidade de se pesquisar sobre o tema com o intuito de ajudar a pensar a questão, localizei um parecer do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte sobre a regulamentação da EJA e, dentre as várias questões, é

apresentada uma posição da CNAEJA de abril de 1996. Sugeriu o resgate da memória desta reunião. O texto do parecer diz o seguinte: “CNAEJA em carta dirigida ao Ministério da Educação, abril de 1996, adverte que é muito provável que o rebaixamento da idade mínima para os exames supletivos represente menos um instrumento efetivo de democratização de oportunidades educacionais e mais um mecanismo de regularização do fluxo escolar e aceleração de estudos com conseqüente constituição de um mercado para os cursos privados preparatórios aos exames. Implica o risco de remeter para esta alternativa de certificação, os exames supletivos, um enorme contingente de jovens defasados na relação série/idade premidos pelas crescentes exigências de escolarização do mercado de trabalho e desmotivados para a freqüência à escola regular em virtude da inadequação e má qualidade do ensino aí oferecido. Esse movimento certamente realimentará iniciativas mercantis de triste memória, tais como a indústria dos cursos livres preparatórios aos exames supletivos de qualidade duvidosa ou as empresas de turismo que conduzem candidatos a exames de um a outros estados do país. Poderá aumentar o número de concluintes do ensino básico sem assegurar a formação correspondente ao certificado obtido. Representa uma válvula indesejável de escape para que o Estado se desobrigue de responsabilidades que lhe cabem na oferta de um ensino universal.”.

2. Entende que o resgate deste registro é importante neste momento de discussão e que os membros da CNAEJA no atual mandato devem estar envolvidos no debate e com uma posição sobre o tema.

ix. Participação de Célio da Cunha:

1. Entende que dentro da limitação financeira colocada anteriormente, deve-se convidar o órgão com a condição de que ele seria o responsável pelos custos de participação de seu representante.
2. Considera imprescindível colocar nas audiências, ou pelo menos em algumas, as pessoas que estão com a “mão na massa”, que estão enfrentando este problema no dia-a-dia. Isto porque, muitas vezes, o representante de uma instituição está um pouco distante do problema. Seria importante identificar pessoas (especialistas, professores e diretores) que operam EJA pelo Brasil e que estão enfrentando cotidianamente esta questão. Tem a certeza de que elas darão contribuições e subsídios significativos aos debates.

x. O Prof. Timothy Ireland questionou a todos se haveria mais alguma contribuição para o tema:

1. Como exemplo, colocou que a discussão realizada na Comissão junto com o INEP, inspirado pelo ENCCEJA,

resultou em diversas propostas que ainda estão em aberto e que, na Câmara de Educação Básica, foi apresentada uma proposta de caráter intermediário para o INEP, de ter a função de qualificar os Estados para a elaboração dos exames de certificação e, talvez, estabelecer um banco de itens que facilitasse para os Estados quando da preparação dos exames. Assim, o INEP teria uma dupla função: qualificar os profissionais dos Estados e criar um banco de itens para a elaboração dos exames.

xi. Jeanete Beauchamp, representante da Secretaria de Educação Básica, do MEC:

1. Com relação aos exames, entende ser importante a descentralização para os Estados, mas considera que esta discussão deveria contar com representação dos municípios, por terem uma significativa participação e responsabilidade na educação de jovens e adultos.
2. Sugere a realização de um mapeamento por Estado dos currículos, dos conteúdos pedagógicos e de como os municípios trabalham EJA nos seus diversos períodos, para que o exame a ser aplicado esteja articulado com as realidades regionais e suas especificidades e não com uma formatação tipo padrão nacional. Esta constituía uma grande preocupação de sua parte.
3. A questão da idade precisava ser articulada com uma discussão sobre o noturno regular. O noturno regular está igual ao diurno, com os mesmos livros didáticos, com os mesmos materiais, o que tem levado muitos adultos a desistirem da escola. Uma coisa totalmente desinteressante para os alunos. Tem uma população que está na faixa etária de 15 aos 18 anos que não está indo para lugar nenhum porque o regular não tem atratividade e ele não pode ir precocemente para EJA. Há uma pesquisa sobre o ensino médio noturno, na SEB, realizada pela equipe da diretora Lúcia.
4. Sugestão: atacar nas duas frentes: discutir a idade e verificar que mudanças seriam necessárias tanto na 5ª à 8ª noturno quanto no ensino médio noturno. Por exemplo, os livros didáticos, eles não são escolhidos para o público adulto. Esta é uma discussão que necessita ser ampliada, não somente SECAD e SEB.

xii. Cláudia Veloso Guimarães:

1. Sugestão: incluir a SETEC nesta discussão.
2. Concorda com a Prof. Jeanete e afirma que existe uma grande confusão entre o ensino regular noturno e a educação de jovens e adultos, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Reforça que a oportunidade de contribuir para

a discussão do parecer de número 11 é de grande importância para a EJA

3. Quanto ao material didático, informou que a SECAD vai lançar um material didático a partir do próximo ano para EJA no ensino fundamental e apresentou um protótipo de um volume.

xiii. Timothy Ireland:

1. Disse que gostaria de aprofundar mais se, nestas audiências, todos considerariam ser possível discutir o ensino noturno regular e EJA como um desdobramento da questão da idade e quais seriam as contribuições, ou seja, quais seriam as recomendações da Comissão sobre o tema.

xiv. Jeante Beauchamp:

1. Entende que o ponto de partida seria discutir a questão da idade tanto para EJA quanto para o regular noturno e que a Comissão levasse para as audiências públicas uma posição de consenso.

xv. Cláudia Veloso Guimarães:

1. Disse que era importante ressaltar que muito da confusão com relação a este tema tem suas raízes no financiamento, tendo em vista que o FUNDEF direcionava recursos para o ensino regular e nenhum recurso para o ensino de educação de jovens e adultos. Dessa forma, muitos Estados colocavam seus alunos que deveriam estar na EJA no ensino regular. Outra questão são os alunos que vão para a EJA, buscando a aceleração, e depois não conseguem a certificação por causa da idade.

xvi. Isabel Aparecida dos Santos:

1. Uma preocupação colocada na reunião passada era a questão de que cada vez mais estava sendo reduzida a idade de acesso à EJA, principalmente nas áreas mais periféricas do país. É necessário discutir a questão da qualidade da educação no ensino regular, as várias implicações que vão desde o material utilizado no ensino noturno e as condições efetivas de se frequentar esta escola. O EJA vem sendo apresentado para meninos e meninas de 15 anos ligados à indisciplina, possibilidades de frequência, entre outros. O ponto é que não podemos discutir a questão da idade desvinculada da qualidade do ensino regular. Reduzir a idade para ampliar o acesso. Quando se discute esta questão ligada ao Estatuto da Criança e do Adolescente e do sistema de garantia dos direitos, a escola não é só este espaço de certificação e de qualificação do nível escolar, mas entende a escola sendo importante neste processo de constituição. Então, frequentar o ensino regular traz outros elementos, da convivência, da construção do conhecimento, que defendemos como essencial para um adolescente de 15, 18 anos. Dessa forma, o ensino

noturno precisa ser discutido na qualidade do material, nas relações que ele estabelece. Por isso que digo que não dá para discutir este tema desvinculado dos fóruns de criança e adolescente, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Esta é a preocupação. Alguns fóruns estão discutindo a escola como um todo. Há outros fóruns que discutem a questão do material didático, mas não discutem idade. Importa discutir o que significa reduzir esta idade e empurrar cada vez mais adolescentes para o EJA, mas sem pensar que EJA é essa que chega para os adolescentes. Temos muitos adolescentes perdidos dentro desta educação de jovens e adultos. O texto tem que recuperar, como a Edna traz um elemento importante, o que já foi discutido, o que se tem de acúmulo sobre esta discussão, trazer algumas questões que estão aí implicadas e, por último, um posicionamento desta Comissão.

xvii. Célio da Cunha:

1. Concordou com as colocações e ratificou uma sugestão da Professora Jeanete Beauchamp da necessidade de um estudo mais rigoroso ou uma pesquisa sobre este tema, bem como sobre as questões que a Isabel relata, aspecto colocado pela Professora Jeanete Beauchamp, até para embasar uma decisão futura do Conselho Nacional de Educação - CNE. Isto porque estamos diante de vários fenômenos. Há uma mudança significativa no perfil da juventude, não podemos falar em juventude, temos que pluralizar em juventudes. Existe uma grande diferenciação desta situação nos grandes centros urbanos e em cidades do interior. São vários os fatores que estão alterando esta situação. Disse estar sentindo a falta de um quadro mais crítico para embasar uma posição fundamentada

xviii. Maria Luiza Martins Aléssio

1. Apresentou a experiência de Recife com o Projovem, que tem alunos matriculados de 18 anos de idade que já têm quatro filhos. Esses adultos que estudam no turno da noite já são pais e mães de família.
2. Colocou como sugestão de referência para 5ª à 8ª, a faixa etária de 18 a 24 anos. Porque, com dezoito anos, ele já teria que ter a opção de fazer EJA ao invés de fazer quatro anos no ensino regular. Inclusive, talvez fosse importante incluir nesta discussão os órgãos governamentais que cuidam das políticas para juventude.

xix. Timothy Ireland

1. A reformulação do conceito de jovens e adultos foi uma situação até tranqüila. Dizia-se que o próprio conceito deveria refletir a realidade, mas sem questionar a realidade, ou seja, o

porquê dos jovens estarem buscando a educação de adultos quando deveria estar sendo atendido pela escola regular.

2. A idade levanta toda a questão da qualidade do ensino fundamental, médio regular que também não pode ser desassociado da questão de certificação. O que nós queremos realmente que a educação de jovens e adultos seja? Gostaríamos que a EJA tivesse um estatuto próprio, não pode ser um reflexo do que se faz durante o dia, com públicos de idades diferentes. A própria certificação deveria certificar outras competências e habilidades que o jovem adulto traz e não apenas os conteúdos curriculares. Ele não sabe se, nas audiências, será possível discutir todos os vieses referentes ao tema e concorda com o Célio da Cunha quanto à falta de dados e de uma leitura mais aprofundada da realidade da educação de jovens e adultos no momento atual necessárias para dar subsídios a importantes decisões para a EJA. Deixa registrado apenas a sua perplexidade diante da necessidade de uma posição quanto ao fator idade e da falta de dados que possam subsidiar um consenso por parte do grupo.

xx. Célio da Cunha:

1. Essa consciência é importante. Será deflagrando este processo que se terá consciência dele, isto já será um avanço. Uma dúvida é se a questão da idade foi definida pela LDB, se for o caso, o Conselho não terá competência para uma mudança neste quesito, é um processo muito complexo.

xxi. Jeanete Beauchamp

1. Esta é realmente uma questão muito complicada porque não temos um mapeamento.
2. Como proposta, coloco que o adulto poderia optar entre a EJA e o médio regular, ou 5ª à 8ª regular, ou até 1ª à 4ª regular, todos noturno, desde que o ensino noturno seja adaptado a ele, ou tenderia a não colocar limite de idade para a EJA.

xxii. Cláudia Veloso Guimarães:

1. Considera que esta é realmente uma discussão longa, mas que não se pode perder a oportunidade de iniciar esta discussão. Concorda com a Prof. Jeanete Beauchamp quanto a não definir idades limites para o ensino regular. Para isso é preciso que haja a oferta de ensino regular noturno e EJA, para que o aluno decida qual o caminho ele irá seguir, o mais longo ou o mais curto. O problema hoje é quanto ao encaminhamento dentro do sistema de ensino quando um aluno é destinado ao ensino regular ou à EJA pelo seu comportamento e idade, e não por opção própria, criando uma marginalidade dentro do próprio sistema de ensino. Ainda temos a questão de que alunos com certificação de EJA são discriminados no mercado de trabalho. A discussão

deve estar na oferta de EJA e de ensino regular noturno direcionado ao público de jovens e adultos.

xxiii. Heleno Manoel Araújo Filho:

1. Colocou também uma preocupação quanto à questão da idade e relatou uma experiência de quando era professor no ensino regular de um aluno que queria estudar no curso temporário oferecido pela CUT (que oferecia lanche, material didático e uma metodologia diferenciada) ao invés de continuar na escola, tendo em vista a metodologia desmotivante utilizada pelo ensino regular. O importante é dar o direito de opção e oferecer qualidade.

xxiv. Edna Castro de Oliveira,

1. Disse que temos uma realidade no regular noturno, mas que a meta dos integrantes de EJA no Brasil é ter a modalidade implementada e que o regular noturno deixe de fazer toda esta confusão. Exemplificando, disse que participou no final de semana anterior do fórum municipal de educação de Vitória, onde o grupo discutiu o plano municipal que traz na sua proposta a idéia do ensino fundamental noturno e de uma Câmara de EJA. A grande questão é ou manter o ensino fundamental noturno ou arriscar a implementação da modalidade EJA. O grande entrave de toda esta discussão é o financiamento. Na verdade tudo está articulado, falar da qualidade do ensino e do direito ao acesso à educação passa pelo financiamento. Ao final do encontro, foi dado um encaminhamento de que enquanto não se define a regulamentação do FUNDEB e de como a EJA ficará neste processo será mantido o possível dentro do que a rede já faz, fazendo uma transição para a regulamentação da modalidade. Com relação à idade, é necessário ter mais subsídios, mas não podemos desmerecer a legislação em vigor que é falar o que é a EJA independentemente da idade na concepção da nova LDB, esbarrando na idade mínima. Agora temos as intersecções que vão sendo encontradas em programas e projetos que envolvem estes mesmos sujeitos. Com relação ao Projovem, por exemplo, de acordo com uma avaliação em nível nacional, já há sinalização de que um ano é impossível para garantir qualidade. Temos então uma grande questão que é a de fazer o Projovem, que é o mesmo público e não é EJA, dialogar com a EJA. Estamos em uma situação que é regida por uma legislação que assume a proposta de EJA independentemente da idade, o que pega é realmente a idade mínima. Deflagrar um processo de escuta, para quem sabe encontrar um espaço e avançar na construção de um posicionamento da Comissão.

xxv. Jeanete Beauchamp:

1. Uma questão é a do exame. Quando o aluno poderá fazer o exame de jovens e adultos? Nós sempre defendemos que não fosse tão precocemente, e fomos perdedores na LDB.
 2. A segunda questão é poderia ser opcional. Da mesma forma que no ensino superior não há idade determinada, também no ensino médio regular não deveria haver. O sistema de educação é que deve adaptar-se à faixa etária dos alunos que ele recebeu.
 3. **A proposta que a Comissão poderia levar é ampliar as idades para a realização dos exames e que não houvesse limite de idade para entrar no ensino médio.** O que tiver que alterar a lei, terá o encaminhamento normal após as audiências. Outra conversa é discutir qual o ensino que está sendo oferecido no turno da noite. Quem sabe até ter um outro edital para aquisição de livros específicos para as turmas do ensino noturno?
- xxvi. Maria Luiza Martins Aléssio
1. O desafio maior é requalificar o regular.
- xxvii. Cláudia Veloso Guimarães
1. Concorde com a necessidade de se garantir qualidade no ensino médio regular, mas chamou atenção para que não se desviasse o foco da educação de jovens e adultos, direito de todos aqueles com 15 anos que cursaram o ensino fundamental.
- xxviii. Eliene Novaes:
1. Reforçou a questão da necessidade de garantir qualidade no ensino e chamou a atenção para o preconceito com relação à EJA, tanto do professor que acha que trabalha menos, quanto de pensar a EJA como um reservatório de alunos problemas. Concorde com o Prof. Célio da Cunha de se levantar elementos que sirvam de subsídios para as audiências e, somente após os quatro encontros, a Comissão defina um posicionamento quanto à questão.
- xxix. Timothy Ireland:
1. **Propôs não incluir o ensino regular noturno na proposta para as audiências, mas deixar o reconhecimento de que existe uma grande articulação que precisa ser discutida e até sugerir como encaminhar esta discussão.**
- xxx. Jeanete Beauchamp
1. Sugere que o debate retorne para a questão da idade mínima para o exame.
- xxxi. Maria José Telles Franco Marques:
1. Acha que deve-se ter muito rigor no ingresso na EJA, tendo em vista que EJA não é aceleração. Considera que a escola não é simplesmente o conteúdo, é um processo de formação de grande importância para o adulto. O adolescente na faixa dos 13, 14 anos está num período de transição, não tem toda a

sua formação intelectual e psicológica pronta, e a escola contribui muito para isto. A EJA deve ser uma opção para àqueles que estão fora da idade, no desvio de idade. A qualidade, questão essencial, terá uma grande contribuição com a produção do material didático específico para a EJA, porque grande parte do problema da qualidade hoje é a metodologia. Não existe metodologia específica para trabalhar com o jovem e com o adulto. Agora, só o material não faz tudo. É necessário se trabalhar a questão da capacitação do professor de EJA. Em seu Estado, os professores que vão para a EJA são aqueles que não estão mais dando conta de trabalhar com o ensino regular. A questão da qualidade deve tratar a metodologia, o material didático e a formação dos professores.

xxxii. Timothy Ireland:

1. Consolidou a participação de todos

- de um lado o que está sendo colocado em relação ao ensino regular e ao ensino de EJA é que quando há propostas, conteúdos e metodologias adequadas e atraentes para os públicos específicos, as pessoas vão ficar, e se não há ocorrerá migração de um lado para o outro.
- A questão de estabelecer qualidade no ensino regular e de EJA não é uma questão que poderá ser resolvida no curto prazo, como também a questão de formação. Quais são os incentivos que podem ser criados para reforçar a importância da educação de jovens e adultos como uma área específica.
- Precisamos do apoio das universidades na formação do educador de EJA.
- O fato de ter esta Comissão e de ter um Departamento de Educação de Jovens e Adultos no MEC são sinais de que existe uma política, mas até isso ser assumido em todas as instâncias requererá muito trabalho e muito tempo.
- A sugestão da idade mínima para se fazer o exame do ensino fundamental é uma forma de forçar um pouco, um meio termo, talvez a única saída neste momento para induzir políticas.

xxxiii. Isabel Aparecida dos Santos:

1. Pensando a partir do contexto atual com a entrada no ensino regular a partir dos 6 anos, e legislação da área de criança e adolescência que coloca os 16 anos como a idade para se ingressar no mercado de trabalho na condição de aprendiz, seria um avanço se a idade mínima para se fazer o exame de certificação subisse para os 18 anos, o que seria coerente com a legislação atual, porque se ele é aprendiz ainda não é

trabalhador, e a legislação diz que tem que ser garantido o direito de freqüentar o ensino regular.

2. Sugeriu a idade mínima de 18 anos para o exame de certificação não deixando de lado o direito de opção pelo ensino regular ou EJA.

xxxiv. Célio da Cunha:

1. Considera que a sugestão da Isabel deve ser levada em conta. Disse que os dados estatísticos mostram que na faixa dos 17 aos 25 anos de idade é onde temos o maior índice de desemprego e este problema, como o da qualidade no ensino público, não vai ser resolvido de uma hora para outra. Disse que a escola deve ser considerada como um bom lugar para ocupar o tempo da juventude.

xxxv. Edna Castro de Oliveira

1. Como a questão da idade é um problema histórico, desde o império, entende que deve-se colocar a posição da Comissão e ouvir as reações que virão daí.

xxxvi. Cláudia Veloso Guimarães:

1. Para se pensar: a LDB já prevê a idade mínima de 15 para certificação do ensino fundamental e 18 para o ensino médio, entretanto, não prevê idade mínima para o ingresso e permanência nos cursos de jovens e adultos.

xxxvii. Célio da Cunha:

1. Entende que a discussão está avançando talvez para estabelecer alguns princípios que devem ser considerados nesta discussão, agora, a questão também deve estar calcada em um outro dado, como uma política de inclusão. Isto porque numa política de inclusão tem-se que ter um sistema versátil, que possa ter ofertas diferenciadas para os diversos públicos e demandas.

xxxviii. Timothy Ireland:

1. Em termos de inclusão há tentativas de se atender segmentos específicos como Projovem, Saberes da Terra, Proeja, entre outros. A maioria com a intenção de buscar interação entre escolaridade com formação profissional.
2. Não há, neste momento, como dar respostas a todos os problemas. O ponto central neste momento, uma forma para garantir a indução de políticas, seria subir a idade de 15 para 18 e talvez de 18 para 21, ou seja, retornar ao que era. A prática tem mostrado que foi um erro a diminuição da idade para a certificação.

xxxix. Heleno Manoel Araújo Filho:

1. A alteração da idade, um entendimento de quem está à frente do movimento, ocasionou um prejuízo a este processo, por isso concorda com a alteração na idade mínima proposta para a certificação.

2. Agora, haverá oposição por parte da população que será excluída do direito a esta certificação. Além disso, devemos utilizar esta proposta em contraponto aos que defendem a diminuição da idade penal.
- xl. Jeanete Beauchamp:
 1. Questionou se não seria possível estabelecer somente os dezoito anos - por que demarcar uma idade para o fundamental e outra para o ensino médio?
 - xli. Maria Luiza Martins Aléssio:
 1. Para reflexão, se um adolescente for para o PROEJA, ele pode vir a ter certificação antes do prazo da EJA.
 - xlii. Timothy Ireland
 1. Pensar, também, sobre o ensino à distância em jogo.
 - xlili. Cláudia Veloso Guimarães:
 1. Essa discussão também vale para os 15 anos. O aluno pode estar preparado para prestar o exame antes dos 18 anos. Inclusive temos que pensar que o PROEJA vai ser estendido para o ensino fundamental.
 - xliv. Timothy Ireland
 1. A importância de se dar destaque ao ensino presencial, pelo menos no fundamental.
 2. Agora, não se pode furtar ao direito de um aluno optar por ser autodidata, por isso tenho a simpatia por estabelecer somente uma idade mínima para certificação, a de 18 anos para o ensino fundamental.
 - xlv. Jeanete Beauchamp:
 1. Como contribuição, o padrão de 18 e 21 é histórico, por isto a sugestão. Agora, uma experiência que acompanhei, durante quatro anos, foi de algumas pessoas que passaram do ensino fundamental e chegaram ao ensino superior neste período. Acredita que fixar em 18 anos a idade mínima pode promover a permanência no regular e, também, permitir a flexibilização das metodologias de ensino.
 - xlvi. Célio da Cunha:
 1. **Um princípio importante é o da flexibilidade. Entende que definir alguns princípios para orientar as discussões sobre esta questão é importante.**
 - xlvii. Cláudia Veloso Guimarães:
 1. E quanto à flexibilidade do ensino fundamental?
 - xlviii. Timothy Ireland:
 1. Para entrar na EJA, o aluno tem que ter no mínimo 15 anos e levará quatro anos para concluir o ensino.
 - xlix. Cláudia Veloso Guimarães:
 1. A questão é que o aluno de 15 anos já pode ter cursado o primeiro segmento do ensino fundamental, e ele terá que esperar até os 18 anos para a certificação?
 1. Timothy Ireland:

1. Findo o prazo para discutir o tema, concluiu que:
 - Não é necessário ter uma posição definitiva
 - Pode-se levantar todas as questões, até porque as audiências públicas são para isso
 - É necessário também ouvir os alunos
 - Podemos ter 18 anos como referência para as discussões das audiências
 - Com relação às audiências, em termos de pauta, foi acrescentado:
 - i. Participantes: SEB, SEED, INEP, SETEC, CNTE, UNIVERSIDADES, PRESIDENTES REGIONAIS DA UNDIME
 - ii. Sugestão de mudança de data: de 30 de outubro para a semana seguinte
 - iii. As propostas a serem encaminhadas às pessoas que irão elaborar os documentos-referência
 - Com relação à certificação, teríamos algumas indicações a completar, sendo que a EJA ainda está longe de ter uma identidade própria, é muito vinculado ao ensino regular:
 - i. Manter a autonomia dos estados para elaborar os exames supletivos
 - ii. Papel do INEP: qualificar e manter um banco de itens para subsidiar os Estados na formação de seus exames e estimular uma discussão maior sobre quais as competências e habilidades a serem avaliadas na educação de jovens e adultos. O que estamos querendo medir quando avaliamos um aluno de EJA?
- li. Heleno Manoel Araújo Filho:
 1. Qual a referência a se tomar? Ensino fundamental ou ensino médio? Ou os dois?
- lii. Célio da Cunha:
 1. Há um princípio na LDB que está longe de ter sido explorado, que se aplica onde a experiência fora do ambiente escolar é aproveitada. O problema é que esta questão ainda não foi enfrentada. Esse princípio acoplado à experiência desses jovens se aplica perfeitamente
- liii. Timothy Ireland :
 1. Concorda com o Célio da Cunha e disse que há uma proposta, mas que ainda não teve resultados, trata da junção da experiência de trabalho com a questão educacional. As duas vertentes devem ter uma avaliação conjunta não separada.
- liv. Edna Castro de Oliveira:

1. Com relação à certificação, o movimento realizado pelos fóruns para explicitar a sua posição quanto a este tema em documento enviado ao Ministro da Educação, coloca que é preciso ter um sistema que dê conta de ofertar EJA. A pergunta que fizemos é como certificar algo que não temos como oferta. Temos **um texto, produzido pela Jane Paiva** que ajuda a pensar o tema a partir da legislação, mostrando quem tem legitimidade da oferta, qual o papel do INEP e o porquê da não concordância com a proposta, que poderia ser incluído nesta discussão. Temos demanda, não temos oferta e apresenta-se uma proposta de certificação. Vamos certificar o quê?
- 7) Antes do início do segundo tópico da pauta da reunião, informes sobre os Projetos Leituração e Agente de Leitura.
- a. Timothy Ireland informou que:
 - i. Tem-se inovado neste campo, mas precisamos ter uma articulação muito maior com a SEB. O MEC tem trabalhado na elaboração de uma política de acesso ao livro e à leitura. Entretanto, ainda não foi possível articular intraMEC as ações com mais concretude.
 - ii. O Ministério da Justiça, por intermédio do DEPEN, dentro da política prisional, está organizando um concurso para selecionar obras, junto aos presos e presas.
 - b. Tancredo Maia:
 - i. Concurso Literatura para Todos:
 1. Na reunião anterior foram repassadas informações sobre o resultado do concurso.
 2. Momento atual: contratação da edição e editoração das obras vencedoras, para, em seguida, a publicação e distribuição.
 3. Paralelo, está em andamento a articulação com os Correios para que os carteiros acrescentem a suas tarefas a função de agente de leitura, com a distribuição das obras literárias aos alfabetizados que saíram das salas de aulas.
 4. O projeto piloto realizado em Recife, em 2003, em dois bairros, teve resultados positivos, o que garantiu o interesse dos Correios em dar prosseguimento a esta parceria com a ampliação gradual da implementação do Projeto Agente de Leitura no país.
 - ii. Cadernos de Leitura:
 1. Momento atual: contratação da edição e editoração das obras, que são: 1 – Relação entre as cidades e as poesias do Chico Buarque; 2 – Relação entre o rap e o cordel; 3 – Contos e textos indígenas.
 - c. Maria Luiza Martins Aléssio:
 - i. Sugestão, aprovada por todos: Parceria do município com o MEC para adquirir o direito de reprodução destas obras.
- 8) Apresentação do Programa de Monitoramento do Fazendo Escola – MONIEJA:

- a. Uma articulação mais efetiva entre o Programa Brasil Alfabetizado e Programa Fazendo Escola.
 - b. As informações do MONIEJA estão disponíveis a qualquer pessoa interessada.
 - c. Objetivos do sistema:
 - i. Ter o registro das equipes responsáveis pelo Programa Fazendo Escola nos municípios e estados. Se os nomes dos integrantes da equipe não forem cadastrados, o repasse dos recursos é suspenso.
 - ii. Disponibilizar três tipos de monitoramento sobre todas as ações do programa: planejamento, acompanhamento e execução final.
 - iii. Ter a função didática junto às equipes responsáveis pelo programa nos municípios e estados.
 - d. Célio da Cunha registrou sua preocupação quanto à continuidade deste trabalho, ao questionar sobre o quantitativo da equipe técnica responsável pelo desenvolvimento do sistema.
 - e. Maria Luiza Martins Aléssio apresentou seu testemunho dizendo que este sistema garantirá um verdadeiro acompanhamento e controle dos recursos destinados para a educação de jovens e adultos.
 - f. Jeanete Beauchamp colocou a importância de se ter um acompanhamento dos alunos do Brasil Alfabetizado que dão continuidade aos estudos na EJA pelo Fazendo Escola. Tancredo Maia respondeu que esta opção é possível, entretanto a única dificuldade é definir um “NIS” para cada aluno do Brasil Alfabetizado, o que está sendo estudado.
 - g. Célio da Cunha sugeriu que a Comissão reforçasse a importância de se avançar na solução da questão do “NIS” por meio de uma recomendação.
- 9) Redesenho do Programa Brasil Alfabetizado - PBA para o ano de 2007:
- a. Apresentação da situação atual do Programa Brasil Alfabetizado - PBA.
 - b. As informações presentes no cadastro do Programa Brasil Alfabetizado – PBA estão sendo auditadas pela CGU junto aos municípios sorteados mensalmente.
 - c. Meta é de que 70% dos repasses sejam destinados a entidades públicas e 30% a entidades privadas.
 - d. Um Sistema de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado - PBA está sendo construído o que proporcionará um acompanhamento mais realista da metodologia aplicada pelos parceiros, privados e públicos, e garantirá maior agilidade nas intervenções necessárias para os ajustes no desenho do programa.
 - e. Redesenho:
 - i. Proposta:
 - 1. Denominada 1 + 2 = garantir o Brasil Alfabetizado por um ano e a continuidade dos estudos por mais dois anos, com a participação da sociedade civil e dos estados e municípios. Assim, teríamos um processo de alfabetização que resultaria na equivalência da cobertura do 1º segmento do ensino fundamental.
 - 2. A lógica é não excluir a participação da sociedade civil, mas incentivar a continuidade, o que garantirá que os

- investimentos aplicados (recurso, tempo dos alfabetizados e alfabetizadores, entre outros) não sejam perdidos.
3. A continuidade dos estudos nos próximos dois anos seria garantida a todos os egressos do Brasil Alfabetizado de 2003 a 2005.
 4. Plano estratégico para discussão:
 - Garantir o Programa Brasil Alfabetizado no formato 1 + 2.
 - Os estados, municípios e sociedade civil participariam no mesmo formato atual no primeiro ano.
 - Os dois anos seguintes sejam totalmente assumidos pelos estados e municípios, o que ocasionaria uma articulação entre as entidades da sociedade civil e os governos estaduais e municipais.
 5. Jeanete Beauchamp:
 - Considera interessante a proposta por buscar garantir a continuidade dos estudos.
 - Sugere uma avaliação da aprendizagem:
 - i. Combinar esta proposta com uma avaliação da aprendizagem, talvez uma no primeiro ano e outra ao final, assim como o SAEB. Inclusive com a parceria do INEP.
 6. Maria Luiza Martins Aléssio:
 - Em Recife, um projeto parecido com esta proposta está funcionando da seguinte forma:
 - i. Módulo 1, que é alfabetização, passou a ser pelo Programa Brasil Alfabetizado
 - ii. Módulos 2 e 3 : EJA do município
 7. Timothy Ireland:
 - Apresentou dois exemplos de tentativas de se levar a EJA para a alfabetização, no Piauí e em Belo Horizonte, que, de uma certa forma, influenciaram a proposta apresentada:
 - i. Após o término, a turma do Brasil Alfabetizado continua no mesmo espaço físico e um(a) professor(a) de EJA vai para a sala de aula para continuar o trabalho iniciado.
 8. Edna Castro de Oliveira:
 - Considerou a idéia um avanço, pois vai-se incorporando a concepção ampla de jovens e adultos.
 9. Heleno
 - Considerou positiva a proposta.
 - Reiterou a importância do acompanhamento e do controle sobre a real existência das turmas, do quantitativo e da aplicação dos recursos. Buscar uma

forma de publicizar o valor dos recursos que são disponibilizados de uma forma mais concentrada.

10. Isabel Aparecida dos Santos:

- Considerou a proposta positiva. Entende que agrega qualidade à imagem da alfabetização por ser a mesma mais completa e articulada com a EJA.

11. Célio da Cunha

- Entende que esta proposta deve sim ser incorporada ao PBA no ano de 2007, por representar um avanço.
- Ratifica a importância de articular com o INEP a idéia da avaliação.
- Ratifica a proposta do monitoramento da continuidade dos alunos do PBA em EJA

12. Timothy Denis Ireland:

- **Solicita aos membros da CNAEJA uma orientação quanto ao documento a ser produzido para o próximo governo sobre a experiência dos últimos três anos do PBA, conforme sugestão do Célio da Cunha na última reunião da Comissão.**
- Quanto à avaliação:
 - i. Existe um Plano Nacional de Avaliação para o PBA, em desenvolvimento, com 32 instrumentos de avaliação, que abrange as questões cognitiva, metodológica, de gestão e de impacto.
 - ii. Avaliação cognitiva: foi realizada uma avaliação na entrada 2005 e na saída 2005 e vai ser realizada novamente nas turmas de 2006.
 - iii. No sentido mais amplo do processo de aprendizagem dos alunos, levanta-se a questão da certificação. Para que a proposta do 1 + 2 tenha validade, a certificação terá que ser incluída no processo.
- Proposta 1 + 2, ainda há muitos elementos para pensar:
 - i. Inicialmente, seria incorporado ao programa atual, com os egressos de 2004 e 2005.
 - ii. Para 2007, período de transição do Fazendo Escola para o FUNDEB, um problema financeiro.
 - iii. Para 2007, recursos financeiros garantidos para o PBA.
 - iv. Como pensar a integração do 1 + 2 com os estados, municípios e entidades da organização civil. Não temos resposta para essas questões neste momento.

13. Eliene Novaes:
- Questionou sobre:
 - i. Existem mais municípios no Fazendo Escola ou no Brasil Alfabetizado?
 - ii. O PBA está em mais municípios do que o Programa Fazendo Escola. Ressaltando-se que em alguns municípios a EJA é oferecida pelo sistema estadual de ensino.
 - Considera que, apesar de não haver concordância total entre os municípios atendidos pelo PBA e pelo Programa Fazendo Escola, o número de municípios atendidos concomitantemente pelos dois programas é expressivo, o que é positivo para o início do 1 + 2.
- 10) Informativo sobre a Medalha Paulo Freire que terá a sua premiação promovida na abertura do VIII ENEJA, no dia de hoje:
- a. Edna de Oliveira:
 - i. Ressaltou o rigoroso trabalho realizado pela equipe da SECAD nas etapas que precederam à análise da Comissão Julgadora.
 - b. Célio da Cunha
 - i. Ressaltou a unanimidade da Comissão Julgadora com relação aos premiados.
 - c. Timothy Ireland
 - i. Ressaltou a qualidade dos projetos inscritos
 - d. Oito projetos pré-selecionados por uma comissão técnica da SECAD, em uma etapa anterior, a partir de 16 projetos inscritos, receberam uma visita técnica de profissionais da SECAD.
 - e. Comissão julgadora da edição do prêmio no ano de 2006:
 - i. Célio da Cunha – representante da UNESCO
 - ii. Maria América Assis de Castro – representante da CONSED
 - iii. Edna Castro de Oliveira – representante dos Fóruns de EJA
 - iv. Timothy Ireland – representante da SECAD
 - f. Cinco projetos selecionados para a premiação:
 - i. SESC LER – Manaus
 - ii. SAL DA TERRA – ONG, Paraíba
 - iii. AJA GOIÂNIA – Secretaria Municipal de Goiânia
 - iv. CEDEP - Paranoá - DF
 - v. Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina
- 11) Diretrizes para a Educação Prisional:
- a. Timothy Denis Ireland:
 - i. Parceria entre o MEC, a UNESCO e o Ministério da Justiça, com recursos iniciais do governo japonês, que inclusive financiou o Seminário Nacional.
 - ii. Documento traz o resultado de todo o processo: Versão Preliminar Seminário Nacional Educação nas Prisões – Significados e Proposições
 - iii. Num primeiro momento, seis estados que apresentaram projetos, com foco em três eixos principais, receberam recursos para

- investimento na qualidade da educação prisional. Em 2006 mais seis estados passaram, também, a receber recursos.
- iv. O documento é resultado dos seminários regionais, realizados nos estados conveniados com convite extensivo aos estados vizinhos, mais o Seminário Nacional realizado em Brasília.
 - v. Eixos:
 - 1. Gestão, articulação e mobilização.
 - 2. Formação dos profissionais envolvidos na oferta (professores, agentes penitenciários e todas as pessoas envolvidas na execução penal)
 - 3. Aspectos pedagógicos
 - vi. O relatório será enviado aos participantes e também a outras instâncias, como o Conselho Nacional de Educação – CNE e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Ainda não foi pensada a forma como estes documentos deverão ser encaminhados, mas, um texto mais conciso está sendo preparado.
 - vii. O Projeto de Educação Prisional está articulado, ainda, com uma proposta de um programa chamado EUROSOCIAL, que envolve os Estados Ibero-americanos, Países da União Européia e os Países da América Latina. Dentro do programa, cada país da América Latina podia indicar temas que considerassem mais importantes. Assim, está sendo articulada uma rede latino-americana de entidades que trabalham com educação prisional, governamentais e não-governamentais, a ser oficialmente estabelecida no Fórum Educacional do Mercosul, que acontecerá em novembro.
 - viii. A UNESCO juntamente com outras organizações vai organizar, em 2008, um Seminário Internacional sobre Educação Prisional e que a proposta é de que aconteçam, anteriormente, seminários regionais preparativos em 2007.
 - ix. Gostaria de receber de todos um comentário e sugestões para a finalização do documento.
- b. Célio da Cunha:
- i. Entende que o envio do documento deve ser realizado pelo Ministro da Educação. A doutrina que rege este documento baseia-se no direito de que o indivíduo privado da liberdade não está privado dos outros direitos, o que inclui o direito à educação.
- 12) Oficina Educação de Jovens e Adultos – Cooperação Sul-Sul
- a. Timothy Denis Ireland:
 - i. Oficina realizada na primeira quinzena de agosto, também em parceria com a UNESCO e, ainda, com a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.
 - ii. Participantes: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, mais o Brasil. Portugal foi convidado, mas não enviou representantes.
 - iii. Proposta: criar uma articulação entre os países no campo específico, cooperação Sul-Sul horizontal entre os sete países de língua portuguesa.

- iv. Ao final de três dias de discussão:
 1. Criação de uma coordenação compartilhada: Brasil e Cabo Verde, inicialmente.
 2. Documento final: inclui uma proposição de diretrizes básicas para a cooperação Sul-Sul no campo da EJA, com uma cooperação coerente e consistente, uma relação horizontal, de diálogo e de ajuda mútua. Além disso, e apresentada uma proposta de um plano estratégico de cooperação, apresentando as áreas de prioridade, quais sejam, financiamento e a institucionalidade da modalidade.
 3. O documento final vai ser enviado aos seis ministros dos países participantes como uma forma de reforçar a cooperação e a necessidade de institucionalizar a EJA e, também, que a alfabetização e a educação de jovens e adultos passem a ser tema de pauta de encontros entre ministros da educação.
 - v. Vamos necessitar da cooperação das universidades. Em maio houve um seminário nacional sobre formação de educadores de educação de jovens e adultos, na UFMG, quando iniciamos um cadastro dos núcleos de EJA e de professores e pesquisadores interessados em participar em processos de cooperação e quais as áreas de interesse. Vamos ter, assim, um banco de profissionais que possibilitará processos de cooperação futuros.
 - vi. Solicita comentários sobre o documento.
 - b. Maria José Telles Franco Marques
 - i. Com relação à cooperação das universidades, para conhecer o que vem sendo trabalhado pela IFES, vale consultar o sítio www.renex.org.br, link SIEX-Brasil.
 - ii. Além disso, tem o trabalho da Prof. Dóris, da UNB.
- 13) Timothy Denis Ireland:
- a. Foi realizada no Itamaraty, no dia de ontem, uma reunião com a UFMG que apresentou o projeto África, com enfoque na educação e saúde, com vistas a buscar uma articulação com os projetos de cooperação do governo federal nestas duas áreas.
 - b. Na área de alfabetização e EJA, a SECAD tem considerado e buscado parcerias com as pró-reitorias de extensão por considerá-las muito importantes e com muito potencial para contribuir neste campo. Ainda não foi explorado o pleno potencial.
- 14) **Proposta para a realização da última reunião ordinária da Comissão em 2006:**
- a. Duração: um dia e meio.
 - b. Função mais avaliativa.
 - c. Data indicativa: vinte e vinte e um de novembro
- 15) **Consenso do grupo sobre as propostas apresentadas:**
- a. Resgatar a posição da CNAEJA de abril de 1996 sobre os parâmetros de idade para a EJA

- b. De um lado o que está sendo colocado em relação ao ensino regular e ao ensino de EJA é que quando há propostas, conteúdos e metodologias adequadas e atraentes para os públicos específicos, as pessoas vão ficar, e se não há, ocorrerá migração de um lado para o outro.
- c. A questão de estabelecer qualidade no ensino regular e de EJA não é uma questão que poderá ser resolvida no curto prazo, como também a questão de formação. Quais são os incentivos que podem ser criados para reforçar a importância da educação de jovens e adultos como uma área específica.
- d. Precisamos do apoio das universidades na formação do educador de EJA.
- e. O fato de ter esta Comissão e de ter um Departamento de Educação de Jovens e Adultos no MEC são sinais de que existe uma política, mas até isso ser assumido em todas as instâncias requererá muito trabalho e muito tempo.
- f. A sugestão da idade mínima para se fazer o exame do ensino fundamental é uma forma de forçar um pouco, um meio termo, talvez a única saída neste momento para induzir políticas.
- g. Não é necessário ter uma posição definitiva
- h. Pode-se levantar todas as questões, até porque as audiências públicas são para isso.
- i. É necessário também ouvir os alunos
- j. Podemos ter 18 anos como referência para as discussões das audiências
- k. Com relação às audiências, em termos de pauta, foi acrescentado:
 - i. Participantes: SEB, SEED, INEP, SETEC, CNTE, UNIVERSIDADES, PRESIDENTES REGIONAIS DA UNDIME
 - ii. Sugestão de mudança de data: de 30 de outubro para a semana seguinte.
 - iii. As propostas a serem encaminhadas às pessoas que irão elaborar os documentos-referência.
- l. Com relação à certificação, teríamos algumas indicações a completar, sendo que a EJA ainda está longe de ter uma identidade própria, é muito vinculado ao ensino regular:
 - i. Manter a autonomia dos estados para elaborar os exames supletivos
 - ii. Papel do INEP: qualificar e manter um banco de itens para subsidiar os Estados na formatação de seus exames e estimular uma discussão maior sobre quais as competências e habilidades a serem avaliadas na educação de jovens e adultos. O que estamos querendo medir quando avaliamos um aluno de EJA?
- m. Promover parceria dos municípios com o MEC para adquirir o direito de reprodução das obras do projeto Leituração.
- n. A Comissão deveria reforçar a importância de se avançar na solução da questão do “NIS” para o Sistema do Brasil Alfabetizado, por meio de uma recomendação.
- o. Proposta 1 + 2:
 - 1. Plano estratégico para discussão:
 - Garantir o Programa Brasil Alfabetizado no formato 1 + 2.

- Os estados, municípios e sociedade civil participariam no mesmo formato atual no primeiro ano.
- Os dois anos seguintes sejam totalmente assumidos pelos estados e municípios, o que ocasionaria uma articulação entre as entidades da sociedade civil e os governos estaduais e municipais.

Brasília, 30 de agosto de 2006,

Célio da Cunha

Edna Castro de Oliveira

Eliene Novaes Rocha

Heleno Manoel G. Araújo Filho

Isabel Aparecida dos Santos

Jeanete Beauchamp

Maria José Telles Franco Marques

Timothy Denis Ireland

Cláudia Veloso Torres Guimarães

Fernanda Teixeira Frade Almeida

Maria Luiza Martins Aléssio

Tancredo Maia Filho

Adriana Pinto Rodrigues